



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 11, número 3, set.-dez. 2022

AUTORITARISMO, VIOLÊNCIA E SILENCIAMENTO: UM RETRATO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NO ROMANCE *PALAVRAS CRUZADAS*, DE GUIOMAR DE GRAMMONT



AUTHORITARIANISM, VIOLENCE AND SILENCING: A PORTRAIT OF THE ARAGUAIA GUERRILLA WAR IN THE NOVEL *PALAVRAS CRUZADAS*, BY GUIOMAR DE GRAMMONT

Gabriela de Lima BARBOSA
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Nicia Petreceli ZUCOLO
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 01/05/2022 • APROVADO EM 25/01/2023
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v11i3.249>

Resumo

Após a ditadura militar de 1964 no Brasil, muitas famílias ficaram sem resposta sobre o que havia acontecido com seus entes queridos, os quais eram perseguidos políticos na época. É neste cenário que se ambienta o romance *Palavras Cruzadas*, de Guiomar de Grammont, publicado em 2015, cuja problemática central é a busca de Sofia por seu irmão

Leonardo, um guerrilheiro que desapareceu em Araguaia. Com este estudo, pretende-se evidenciar no romance as relações de poder, identificadas pela percepção dos mecanismos de poder utilizados pelo exército como forma de dominação; a presença de uma personagem feminina atuando diretamente nesse momento histórico e o drama vivido pelas famílias por conta do silêncio acerca dos seus desaparecidos. Serão utilizados como aporte teórico a obra *O que resta da ditadura* (2010), organizada por Edson Teles e Vladimir Safatle; *Vigiar e punir* (1987), de Michel Foucault; *O poder simbólico* (2010), de Pierre Bourdieu; além do sítio eletrônico da Comissão Nacional da Verdade - CNV (BRASIL, 2012); artigos; monografias e entre outros.

Abstract

After the 1964 military dictatorship in Brazil, many families were left without an answer as to what had happened to their loved ones, who were politically persecuted at the time. It is in this scenario that the novel *Palavras Cruzadas*, by Guiomar de Grammont, published in 2015, whose central problem is Sofia's search for her brother Leonardo, a guerrilla fighter who disappeared in Araguaia. With this study, we intend to evidence in the novel the power relations, identified by the perception of the power mechanisms used by the army as a form of domination; the presence of a female character acting directly in this historical moment and the drama experienced by the families because of the silence about their disappeared. The work *O que resta da ditadura* (2010), organized by Edson Teles and Vladimir Safatle; *Microphysics of Power* (1989) and *Discipline and Punish* (1987), both by Michel Foucault; *The Symbolic Power* (2010), by Pierre Bourdieu; as well as the website of the National Truth Commission - CNV (BRASIL, 2012); articles; monographs and others will be used as theoretical support.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia. Desaparecidos da ditadura. Ditadura militar. Participação feminina. Relações de poder.

Keywords: Araguaia Guerrilla. Disappeared by the dictatorship. Military dictatorship. Female participation. Power relations.

Texto integral

Introdução

O período da ditadura militar no Brasil durou 21 anos (1964-1985), iniciado em 1964 com o golpe militar que tirou João Goulart da presidência. Durante esse período, foram criados os Atos Institucionais - AI's, marcados pelo autoritarismo e pela repressão. Levitsky e Ziblatt, em sua obra *Como as democracias morrem*, de 2018, afirmam que é possível identificar um governo autoritário pelas seguintes características:

[...] quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição

para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 34-35)

O cenário descrito acima se assemelha ao da ditadura militar de 64 no Brasil, posto que por meio dos AI's os militares puderam se consolidar no poder. Todavia, não demorou para que surgissem grupos contrários a esse regime, por conta da forte repressão e violência que as pessoas vinham sofrendo, apareceram grupos opositores ao regime militar, entre os quais destacam-se os guerrilheiros - grupos de resistência armada, pois como nos afirma Foucault:

O poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa [...] Se a violência for grande, há o risco de provocar revoltas; ou, se a intervenção for muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervalos, dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado. (FOUCAULT, 1987, p. 190).

Percebe-se, dessa forma, a relação de poder existente entre os militares (dominante) e os guerrilheiros (dominados). Durante o período da ditadura militar, guerrilheiros e militares se enfrentaram em embates sangrentos e violentos. A Guerrilha do Araguaia foi a mais conhecida de todas, e tinha como objetivo mobilizar e educar a população rural do Araguaia para que depois pudessem tomar o poder dos militares em Brasília.

Na literatura brasileira, os livros que abordam a ditadura, em sua maioria, não são de autoria feminina, fato que vem mudando a partir dos anos 2000. O romance *Palavras Cruzadas*, publicado em 2015 pela Editora ROCCO, de autoria da escritora brasileira Guiomar de Grammont, traz como temática a Guerrilha do Araguaia, apresentando-nos também uma personagem feminina (Mariana) que participa ativamente da guerrilha, destacando a participação feminina na resistência à ditadura militar de 1964.

Na obra de Guiomar, tem-se acesso a pelo menos duas histórias que se passam em tempos distintos: a primeira gira em torno da guerrilha, relatada em um diário por Leonardo e Mariana (sua companheira), ambientada no passado da narrativa e descrevendo o dia a dia dos guerrilheiros; a segunda gira em torno da busca de Sofia pelo irmão desaparecido na guerrilha, narrada anos depois, ambientada no presente da narrativa. Na obra, é retratada a angústia por conta da falta de respostas, além da dificuldade em encontrar quem esteja disposto a falar sobre esse passado, retratando uma atitude comum quando o assunto é a ditadura, fato que pode ser explicado pelo que Safatle e Telles afirmam acerca da ditadura no Brasil: “Ela vai aos poucos não sendo mais chamada pelo seu nome, ou sendo chamada apenas entre aspas, como se nunca houvesse realmente existido.” (2010, p. 10), evidenciando o silenciamento e a tentativa de apagar esse período da história.

Guiomar, portanto, constrói sua narrativa em dois cenários: o primeiro, do Brasil da década de 70, durante a ditadura militar, e o segundo, cerca de 20 anos depois, mostrando os resquícios dessa época tão sombria da história.

1. A configuração do poder e da violência

A obra de Guiomar inicia-se com o relato de Leonardo, que descreve sua vivência nas matas do Araguaia após perder-se de seus companheiros de guerrilha, além de descrever a forte perseguição que vinham sofrendo por parte dos militares, como elucidado a seguir:

Mais de uma semana depois que nos escondemos na mata, uma tropa do exército ocupou nossa casa. De longe, de cima da árvore bem alta, os observamos: cerca de trinta soldados. [...] Depois de alguns dias, a área começou a ser sobrevoada por helicópteros. Eles faziam voos rasantes sobre as margens dos igarapés, atirando com metralhadora. (GRAMMONT, 2015, p. 10-11).

Nesse trecho, é possível perceber o ambiente hostil e repressivo no qual os guerrilheiros viviam, além do grande acervo de armas e de homens que o exército possuía para lutarem contra os guerrilheiros, um forte traço do regime autoritário que havia se instaurado no Brasil. De acordo com Jaime Ginzburg, ao citar a afirmação da autora Rosani Ketzer, é preciso que se atente para o fato de que:

É comum aos regimes autoritários a constituição de estruturas de governo que monopolizam armas, economia, imprensa, e procuram controlar ideologicamente as ações individuais. Faz parte do exercício do autoritarismo a realização de ações de repressão violenta, dentro dos interesses do Estado. (GINZBURG, 2000, p. 48-49)

No romance, assim como na vida real, quando a ditadura militar se instaurou no Brasil, houve uma forte cultura de repressão, opressão, censura e perseguição a qualquer pessoa que se manifestasse contra o regime militar. Os militares usavam da força e das propagandas antiguerrilha para controlarem a população e legitimarem suas ações.

1.1. Os militares: abuso, poder e violência

Enquanto está perdido na mata, Leonardo relembra da canção do guerrilheiro do Araguaia, que costumavam cantar na hora da colheita, elucidando o principal objetivo da guerrilha: “Tudo enfrenta com denodo/ Para livrar da exploração/ O povo pobre, a terra amada/ E construir nova nação” (GRAMMONT, 2015, p. 19). Ao chegar em Araguaia, os guerrilheiros criaram estratégias para chamar a atenção da população e convencê-la a se juntar à sua luta contra o exército. No entanto, os militares perseguiram os guerrilheiros e também criaram estratégias para desmobilizar o movimento, por meio da cooperação da população, que auxiliavam os militares na caçada aos guerrilheiros, fornecendo informações em troca de terras, como elucidado no trecho: “O exército oferecia terras aos que ajudassem a nos caçar” (GRAMMONT, 2015, p. 43). Desse modo, os militares acabaram transformando os moradores locais em vigias dos guerrilheiros.

O fenômeno descrito assemelha-se ao que Foucault nos apresenta em seu livro *Vigiar e Punir*, publicado em 1975. O autor usa a escola como exemplo para explicar como funciona o sistema de recompensas, ao apresentar a situação na qual um aluno trabalha em conjunto com o professor, como um “representante da turma”, demonstrando que na ausência de seu mestre, o aluno passa a querer vigiar os seus colegas de classe, sentindo-se recompensado por ter sido escolhido para tal função, visto que a escola “Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.” (FOUCAULT, 1987, p. 173).

Trata-se do poder disciplinar, o qual: “supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; [...] e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (FOUCAULT, 1987, p. 196), sendo utilizado como mecanismo de dominação, uma técnica também adotada pelo Estado. No entanto, nesse tipo de poder, a cooperação não é obtida apenas por meio das recompensas, mas também pela coerção, gerada pelo medo da punição, consoante explica Foucault, ainda usando o exemplo da escola:

Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 1987, p. 203)

No romance, podemos destacar o trecho em que Leonardo pergunta sobre o casal que o ajudou e recebe a seguinte resposta: “[...] dois lavradores que me contaram, com ar de censura, que o casal que tinha me ajudado tinha sido preso.” (GRAMMONT, 2015, p. 32), ou nesse outro trecho “[...] me contaram que os soldados tinham queimado as roças de vários moradores [...] entrado na casa deles estourando a porta a pontapés e apontaram armas contra os pais, na frente das crianças.” (GRAMMONT, 2015, p. 36), sendo assim, não eram apenas os guerrilheiros que estavam sob o olhar vigilante, mas também os moradores: “Quem está, então, sendo vigiado não é só o delinquente ou o condenado, mas toda a sociedade, tudo é potencialmente subversivo, todos são potencialmente suspeitos”, afirma Daniel Oliveira em sua monografia denominada “Por que a tortura ‘Corporifica’ Vigiar e o Punir?” (2000, p. 30).

Além do poder disciplinar, é possível perceber no romance, ainda, outro conceito apontado por Foucault, o suplício, um mecanismo punitivo do poder que consistia em deixar “sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados.” (1987, p. 37), usando o corpo como exemplo, principalmente para impor o medo. O que diferencia a função punitiva existente no poder disciplinar do suplício, além de seu caráter punitivo físico, é o seu caráter expositivo: enquanto no poder disciplinar as punições eram leves e serviam como uma espécie de “correção de conduta”, o

suplício consistia em fazer das punições um verdadeiro espetáculo, expô-las com o objetivo de reafirmar a autoridade de quem pune: “é um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. [...] A execução pública, [...] se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado.” (FOUCAULT, 1987, p. 67).

Essa tática também foi usada durante o período da ditadura no Brasil, apesar de não ser executada exatamente como era no tempo da monarquia, tinha o mesmo objetivo: atuar sobre o corpo do indivíduo. Em *Palavras Cruzadas*, o personagem Taco, amigo de Leonardo e ex-companheiro de guerrilha, conta a Sofia que era por meio da tortura que os militares obtinham informações, envolvendo, inclusive, pessoas que não eram ligadas diretamente à guerrilha:

[...] iam chegando em nós através do que os companheiros revelavam sob tortura. E não havia como permanecer em silêncio, pois começaram a prender até os familiares da gente, uma coisa horrível. Minha irmã foi... -Ele baixou os olhos – sem que tivesse nada a ver com a guerrilha. (GRAMMONT, 2015, p. 197).

Ao fazer uma análise do período da Ditadura militar no Brasil, Daniel Oliveira compara o suplício às práticas de tortura, demonstrando, dessa forma, como as práticas de tortura utilizadas pelos militares rememoravam o suplício com uma espécie de reconfiguração, afirmando que:

Encontramos aqui um dos grandes sustentáculos do poder, neste período: a reivindicação por parte do Estado, novamente, do corpo do indivíduo. O poder volta a se estabelecer sobre o corpo, rememorando os abusos e o espetáculo do suplício. Era comum à época que o indivíduo fosse preso e "convidado" a dar explicações, via tortura, como forma de extração da verdade (OLIVEIRA, 2000, p. 30).

No romance, temos descritas situações nas quais os militares usavam também da exposição da tortura, como no trecho em que Leonardo conversava com moradores locais: “Então me contaram que o exército tinha prendido muita gente. Tinham matado um companheiro e o amarrado de cabeça pra baixo em uma árvore, chutando o morto no rosto até que ficasse completamente deformado.” (GRAMMONT, 2015, p.43), ou ainda, nesse excerto, em que Sofia escuta uma das muitas atrocidades cometidas durante aquele período:

Sofia ouviu o que já sabia [...]: os nativos decapitavam os mortos com o facão e caminhavam horas na mata para levar as cabeças para os militares, que os mandavam depositá-las em um tronco para fotografá-los. Essas fotografias macabras serviam tanto para identificar os guerrilheiros como para aterrorizar os poucos que tinham sido pegos com vida. (GRAMMONT, 2015, p. 131).

Por meio dos excertos supracitados, percebe-se que a prática da tortura ia para além da obtenção de informações, consistia também em deixar exposta a punição que aqueles que não cooperavam recebiam, causando medo tanto na

população, como nos guerrilheiros. O suplício utilizava-se de um forte aparato militar, como Foucault descreve a seguir:

[...] uma justiça armada. [...] Todo um aparato militar cerca o suplício: sentinelas, arqueiros, policiais, soldados. Pois importa, evidentemente, impedir qualquer evasão ou ato de violência; importa prevenir também, da parte do povo, um movimento de simpatia para salvar os condenados, ou uma onda de indignação para matá-los imediatamente: importa igualmente lembrar que em todo crime há uma espécie de sublevação contra a lei e que o criminoso é um inimigo do príncipe. (FOUCAULT, 1987, p. 68).

Portanto, todo o aparato militar servia para causar medo e, por meio dele, desestimular um comportamento de rebeldia, tal como se sucedeu durante a ditadura, fazendo com que a população não ousasse ajudá-los e se visse obrigada a cooperar com os militares.

1.2. A violência simbólica e as propagandas antiguerrilha

Outro método utilizado pelos militares referia-se à veiculação de informações acerca dos “subversivos”, espalhando notícias falsas sobre sua nocividade e fazendo com que eles não fossem bem vistos pelo senso comum, provocando o medo e a aversão da população, como apontado no trecho do romance: “Seu irmão é subversivo! [...] Ela via notícias horríveis na TV sobre os subversivos. Fossem quem fossem tinha pavor deles” (GUIOMAR, 2015, p. 50). Pierre Bourdieu explica o funcionamento do poder simbólico que, semelhante à situação apresentada no romance, tem o seu funcionamento pautado no discurso, como elucidado a seguir:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2010, p. 14)

Esse poder, portanto, tem sua imposição exercida não por meio da força física, mas por meio das ideologias, que “[...] por oposição ao mito, [...] servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 2010, p. 10). Os mitos e histórias sobre os guerrilheiros cumpriam a função pretendida pelo exército: gerar a desmobilização do movimento. Com medo, a população ficava receosa tanto em prestar ajuda, como em juntar-se à luta dos guerrilheiros: “[...] disseram que estavam com medo porque o ‘povo do mato’, ou seja, nós, guerrilheiros, matávamos quem ia quebrar coco na selva. Eu disse que aquilo era um absurdo, uma invenção do exército.” (GRAMMONT, 2015, p. 34). Essas informações

tratavam-se das propagandas antiguerrilha, apresentadas também no romance de Guiomar: “Só então entendi que circulavam muitas lendas a nosso respeito, talvez incentivadas pela propaganda antiguerrilha.” (GRAMMONT, 2015, p. 39).

Trata-se, portanto, de uma função política do poder simbólico, utilizada pelo exército como forma de controle, através das propagandas antiguerrilha, buscando impedir que o movimento da guerrilha ganhasse ainda mais visibilidade e mais adeptos, além de colocarem os guerrilheiros como inimigos do povo, terroristas: “Reparei que na venda havia cartazes com retratos falados malfeitos de alguns de nós. Abaixo, os dizeres: ‘Procurados’, ‘Terroristas muito perigosos’.” (GRAMMONT, 2015, p. 47). Sobre essa função política, Bourdieu afirma que:

[...] os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações que as fundamentam e contribuem, assim, segundo a expressão de Weber, para a dominação dos dominados. (BOURDIEU, 2010, p. 11)

Ou seja, ao criarem essa imagem dos guerrilheiros, apontando-os como terroristas, o exército encontrava uma forma de legitimar a violência que era empregada contra eles, além de ser uma forma de imposição do seu poder.

2. Desaparecimento, silenciamento e apagamento: tudo, menos o olvido

No romance de Guiomar também é abordada a questão acerca dos desaparecidos políticos durante a ditadura, assim como a dificuldade dos familiares em encontrarem alguma pista sobre seus entes queridos. O desaparecimento dessas pessoas impactou profundamente suas famílias, infligindo a elas o doloroso processo de dúvida e uma luta incansável por respostas, uma vez que a investigação para descobrir pistas partia dos familiares e não do Estado, o qual tinha por obrigação fazê-la, consoante nos afirma Janaína de Almeida Teles:

[...] o Estado tem o dever de investigar e punir. No Brasil, porém, essa obrigação foi deixada de lado em nome de uma suposta reconciliação nacional. As ambiguidades da transição política negociada no Brasil e a impunidade decorrente estão intimamente ligadas às dificuldades políticas relacionadas à adesão e aplicação internacional dos direitos humanos no país. Essa situação, porém, dificulta a formação de uma postura de escuta dos sobreviventes, o desfecho de um ciclo e o trabalho de luto dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e da sociedade em geral. (TELES, 2010, p. 254-255)

No romance, acompanhou-se a busca de Sofia por seu irmão, Leonardo, anos após seu desaparecimento e possivelmente sua morte na Guerrilha do Araguaia. Esse é o fio narrativo que move toda história, uma vez que é a partir dessa busca que o leitor conhecerá a história não somente de Sofia, mas também

de Leonardo e Mariana durante o tempo em que viveram no Araguaia. Desde que Leonardo fora para a Guerrilha do Araguaia, a família de Sofia passou a viver constantes momentos de incerteza. No romance, foi possível notar que a ida do rapaz para a região da mata e posteriormente o seu desaparecimento mexeu com toda sua estrutura familiar, conforme verifica-se a seguir, a partir da análise dos membros pertencentes ao núcleo familiar de Leonardo.

2.1. Personagens

Mário (pai de Leonardo)

Começando pelo patriarca da família, Mário, marido de Luisa e pai de Sofia e Leonardo. Mário não apoiava a adesão de Leonardo aos movimentos de resistência à ditadura, pois temia pela segurança do filho, e sua relação com Leonardo foi ficando cada vez mais distante. Após o desaparecimento de seu filho, Mário passou a conservar um sentimento de culpa, o que o afetou a tal ponto que este nunca se perdoou por ter permitido que Leonardo participasse da guerrilha. Como consequência desse desaparecimento, o pai nunca pôde pedir perdão ao filho, tampouco houve a possibilidade de uma reconciliação entre os dois, fazendo com que Mário vivesse constantemente angustiado, conforme o trecho a seguir, referente a uma carta que ele escreveu ao seu filho:

Eu não sei, filho, quantas atribulações te fiz passar, com a minha intransigência. Todos os dias me pergunto onde você está, o que estará acontecendo agora em sua vida. Por que fui tão inflexível? Você teria ficado se eu tivesse agido diferente? [...] Como queria ser capaz de deter o tempo e conversar com você. [...] Onde está você meu filho? [...] Fui eu quem te fez partir, para sempre, para nunca mais voltar? (GRAMMONT, 2015, p. 192-193)

Por meio desse trecho é perceptível que Mário se considerava culpado pela partida do filho. Além disso, ele também evidencia a tristeza que sente por saber que nunca poderá dizer essas palavras ao filho. Do mesmo modo, em dado momento do livro, Leonardo explana que sente saudades do pai e que queria poder vê-lo novamente, para enfim perdôá-lo:

Recordei, com saudades, da minha infância, minha mãe, minha irmã, até do meu pai, tive vontade de abraçar ele e perdôá-lo [...] Pedi perdão ao pai, chorando, com muita tristeza em pensar que ele jamais soubesse do meu arrependimento. (GRAMMONT, 2015, p. 26).

O trecho supracitado mostra que Leonardo queria uma reconciliação com o pai, todavia, eles nunca puderam se reencontrar: Leonardo nunca apareceu e Mário morreu em 1992: “A morte do pai obrigava mãe e filha a remoerem, mais uma vez, aquela chaga: o desaparecimento do filho e irmão. As dores antigas se misturavam à dor do presente [...]” (GRAMMONT, 2015, p. 58).

Luisa (mãe de Leonardo)

Luisa, a matriarca da família, entrou em depressão logo após o desaparecimento do filho: “Quando disseram a ela que talvez Leonardo estivesse morto, Luisa entrou em depressão. [...] não se penteava e se recusava a comer. Aos poucos, parou de falar até emudecer. Um dia, não se levantou mais da cama.” (GRAMMONT, 2015, p. 83). O desaparecimento de Leonardo atingiu Luisa mentalmente, fazendo-a adoecer e ficar acamada por um longo tempo. Depois de certo período, com o auxílio de remédios, Luisa começou a se recuperar e sempre manteve a esperança: “Cada vez que o vento batia na porta da cozinha, o olhar de Luisa se voltava para aquele ponto, pois era por ali que, antes, o filho entrava para surpreendê-la.” (GRAMMONT, 2015, p. 56-57).

Essa situação, no entanto, fez com que Luisa mantivesse sua vida estagnada: ela nunca modificara nada no quarto de Leonardo. Após a morte de seu marido, decidiu que não venderia a casa e continuaria morando ali, esperando por Leonardo, pela sua volta: “Jamais iria abandonar a esperança de que o filho voltasse, portanto precisava conservar aquele endereço, aquela referência. [...] A angústia da mãe iria reverberar para sempre naquelas paredes como o lamento de um fantasma.” (GRAMMONT, 2015, p. 59).

Em determinado momento da narrativa, a mãe de Sofia exprime a seguinte frase à filha: “Estou perdendo a memória” (GRAMMONT, 2015, p. 209). Ao ouvi-la, Sofia fica preocupada e a mãe lhe responde que: “[...] em breve não lembrarei mais de nada. E vai ser uma bênção: tem sido cada vez mais insuportável lembrar.” (GRAMMONT, 2015, p. 209), evidenciando, dessa forma, que esquecer traria um alívio àquele tormento pelo qual passava, de não ter nenhuma resposta sobre o filho desaparecido. Assim como Mário, seu marido, Luisa morreu sem ter podido reencontrar seu filho.

Sofia (irmã de Leonardo)

Quando Leonardo entrou para a Guerrilha do Araguaia, Sofia ainda era muito nova. Anos depois, com a mãe doente, Sofia teve que lidar com muita coisa sozinha e com a morte do pai. Essa situação agravou-se, pois era preciso tomar providências quanto à partilha da herança deixada por ele, a qual seria dividida entre os herdeiros: Sofia e Leonardo. O irmão não podia ser declarado morto, considerando que não havia corpo, tampouco respostas: “Leonardo não morreu. Nenhum corpo foi velado, não houve lágrimas, despedidas ou alma encomendada aos céus. Leonardo tornou-se uma presença eterna.” (GRAMMONT, 2015, p. 56). Por conta dessa ausência e da falta de respostas, Sofia não conseguia seguir com a sua vida, pois sentia-se culpada:

Sofia sentia culpa, mesmo sem motivo. Sua vida se suspendeu naquela ausência. Era um sentimento difuso. Em sua consciência, ela sabia que não era responsável pelo desaparecimento dele, mas seu irmão não voltaria tampouco. Essa falta não permitia que ela

construísse nada, nem em sua vida afetiva, nem na profissional. (GRAMMONT, 2015, p. 56).

Então, para tentar sanar esse sentimento que assolava toda família, Sofia começou sua jornada em busca de respostas sobre o que realmente havia acontecido ao seu irmão. Marcos, melhor amigo dela desde a faculdade, por conhecer o que angustiava Sofia, dera a ela um diário que continha um relato sobre a Guerrilha, o qual muito mais tarde ela descobriria que era de autoria de Leonardo e Mariana (guerrilheira e sua namorada). Sofia passou a intercalar sua busca entre ler o diário e procurar por pistas. Ela procurou “referências a Leonardo no *Brasil: Nunca Mais*, livro publicado em 1985, que arrolava os desaparecidos nos chamados ‘porões da ditadura’.” (GRAMMONT, 2015, p. 60), e também foi falar pessoalmente com o reverendo Wtight, que era quem dirigia o projeto *Brasil: Nunca Mais*, de quem recebeu uma resposta não muito esperançosa: “[...] pode ter desaparecido sem deixar traços. Dos cerca de setenta guerrilheiros que estiveram lá, a maior parte foi eliminada no local. Outros depois. Apenas alguns sobreviveram.” (GRAMMONT, 2015, p. 62).

Mesmo com a dificuldade inicial de encontrar respostas, Sofia continuou sua busca, até que finalmente encontrou uma pista concreta, de alguém que fora ligado a seu irmão na época da guerrilha. O modo como Sofia chegou a essa pista é descrito de modo bem fantasioso: ao sair de casa em um dia chuvoso, Sofia depara-se com uma moradora de rua embrulhada em uns papéis de jornais, a quem Sofia prontamente oferece seu agasalho. Quando a mulher foi pegar o cobertor, soltou o jornal, que voou em direção à Sofia, revelando-lhe na capa a foto de um rosto familiar: Taco, um antigo companheiro de guerrilha do seu irmão. Ao reconhecer Taco na foto, agora como um advogado que estava se candidatando à política, Sofia marca um encontro com o pretexto de entrevistá-lo. No entanto, quando Sofia perguntara a ele sobre o tempo da Guerrilha “Ele a olhou com um olhar sombrio.” (GRAMMONT, 2015, p. 80) e em seguida “Abriu a boca como se fosse falar, mas tossiu e engoliu em seco. Hesitava sobre lhe contar alguma coisa?” (GRAMMONT, 2015, p. 80). Taco aparenta ter medo de falar com Sofia e omite muitas informações. Esse silêncio de Taco representa de forma alegórica o silêncio de grande parte dos brasileiros que se recusavam a falar sobre os crimes cometidos na ditadura, em parte porque compactuavam com aquele regime, em parte porque ainda sentiam medo das represálias que poderiam sofrer, uma vez que:

A necessidade da difusão da ‘cultura do medo’ auxiliou no estabelecimento de critérios para ocultação ou divulgação das notícias sobre a tortura, os mortos e os desaparecidos políticos. A tortura garantiu, em larga medida, a eficiência não somente como método de interrogatório, mas como forma de controle político. (TELES, 2010, p. 255).

O medo de falar, assim como ocorrera com a conversa que tivera a conversa com Taco, mostrou-se presente novamente quando Sofia viajou até o sul do Pará, buscando fazer uma reconstituição dos passos do irmão, e entrevistou um senhor que morava em Xamboiá. Ao perguntar sobre a guerrilha, o velho expressou a seguinte reação: “Ele ficou quieto, porque mesmo depois de tanto tempo ainda

tinha medo de tocar naquele assunto.” (GRAMMONT, 2015, p. 118). Enquanto estava no sul do Pará, Sofia entrevistou mais algumas pessoas e depois visitou a aldeia dos índios suruí, que contaram para ela que “[..] os corpos dos guerrilheiros eram jogados em um lugar na mata, o suruí contou, imitando o som do helicóptero e, com os dedos, o movimento da hélice.” (GRAMMONT, 2015, p. 125). Sofia, então, quis ir até o local no qual os corpos eram jogados:

Ela contemplou a cratera por um longo tempo, do alto do morro. A vegetação ondulada, lá embaixo, parecia convidá-la a pular. As lágrimas escorriam por sua face.

- Deus te proteja - murmurou, sem que ninguém ouvisse [...] Se é que um dia você esteve aqui, mano. Os corpos nunca foram devolvidos às famílias. (GRAMMONT, 2015, p.127).

Nesse trecho, percebe-se como a falta de respostas mexe com o emocional dos familiares das vítimas, pois Sofia emocionou-se ao ver o lugar no qual supostamente Leonardo teria sido morto. No entanto, ela termina se questionando se ele realmente estivera ali um dia. A última frase desse trecho também ressalta a angústia de muitas famílias brasileiras, que até hoje não têm respostas de seus familiares.

Sofia seguiu com suas investigações e em 1995 viajou até Cuba, local no qual sabia que seu irmão estivera. Outra motivação que fez com que ela viajasse até lá foi porque levantou uma pista “[...] sobre um cubano que teria sido um dos soldados que treinaram guerrilheiros brasileiros.” (GRAMMONT, 2015, p. 132). Chegando a Cuba, Sofia falou com Ivan, o filho desse ex-combatente, que a levou até a casa de seu pai, Guilherme, o qual lhe contou sobre as estratégias de treinamento de guerrilha: “Percebeu que todas as estratégias de treinamento que Guilherme lhe contou estavam descritas, de forma concisa, porém, com precisão, no relato sobre a Guerrilha do Araguaia que Marcos lhe emprestara.” (GRAMMONT, 2015, p. 145), evidenciando dessa forma a veracidade do relato.

Depois da conversa com Guilherme, Sofia voltou ao hotel no qual estava hospedada e Ivan a acompanhou. Sofia sempre esteve tão concentrada na busca pelo seu irmão que deixou sua vida de lado, pois o que mais lhe importava era encontrar Leonardo: “O rapaz acompanhou Sofia até o hotel e, ao despedir-se, se inclinou e, num impulso, beijou-a na boca. Ela correspondeu, mas quando ele tentou beijá-la de novo, Sofia se desvencilhou. Beijou-a na face e subiu.” (GRAMMONT, 2015, p. 150). A moça tinha um propósito que era encontrar a verdade sobre seu irmão. Sem resposta sobre o irmão, ela não conseguia dar continuidade a sua vida: “Sofia não se sentia no direito de ser feliz.” (GRAMMONT, 2015, p. 60).

Durante toda sua investigação, Sofia lia paralelamente o diário que continha o relato de dois guerrilheiros. Ao decidir buscar por pistas que revelem o autor do diário, a moça consegue obter o endereço de quem enviou o documento, assim como o contato telefônico e o nome: Monteiro. Sofia ligou, se apresentou como jornalista e marcou uma entrevista com Laura, a filha do Sr. Monteiro, em Brasília, onde eles moravam. Chegando lá, Sofia descobriu que ele era um militar aposentado, coronel do exército, que agora encontrava-se debilitado, não conseguia mais falar porque tivera um derrame. Sofia não conseguia entender

como um relato que falava sob a perspectiva dos guerrilheiros veio das mãos de um militar. Dias depois, Laura chamou Sofia novamente e explicou à moça porque havia enviado aquele relato:

Foi depois que ele teve o AVC. Estava consciente, embora com a fala muito prejudicada, e percebemos que ele achava que ia morrer. Começou a nos apontar, de diversas formas, coisas que queria desejava que fizéssemos. Enfim, ele parecia querer resolver tudo que deixou pendente, pois sabia que estava perdendo a consciência. [...] Pareceu muito aliviado quando lhe mostrei o comprovante do correio. (GRAMMONT, 2015, p. 177-178).

Após essa conversa, a curiosidade de Sofia aumentou e ela pediu para ver o comprovante do correio que Laura guardava para mostrar ao pai. Ao se deparar com o nome, ela teve uma surpresa: o relato estava endereçado à Luisa, sua mãe. Voltou para casa atordoada e descobriu que os pais já haviam procurado pistas sobre esse relato. Sua mãe lhe confirmou que ele foi escrito, ao menos a segunda parte, por seu irmão, Leonardo, que usava o codinome de A. A primeira parte do relato foi escrita por Mariana, a guerrilheira que era namorada de Leonardo, pela qual Sofia também buscou pistas nos arquivos do projeto “Brasil: Nunca Mais” e encontrou a informação de que Mariana havia saído da guerrilha e ido pra São Paulo, mas depois disso desapareceu.

No entanto, a mãe havia indicado um endereço e Sofia foi até lá, encontrando apenas os pais da moça, que compartilharam com Sofia a angústia que sentiam: “Há anos esperamos alguma notícia da nossa filha... e da nossa netinha. [...] Por isso nunca mudamos de endereço.” (GRAMMONT, 2015, p. 221). A busca de Sofia havia sido longa, ela conseguira descobrir muitas coisas, mas nada que a levasse até seu irmão. Neste momento a narrativa do romance de Guiomar está perto do fim e a autora decide nos apresentar uma reviravolta na trama: voltando para Brasília, Sofia descobre que a irmã mais nova de Laura, Cíntia, era adotada. Nesse momento, Sofia reconheceu em Cíntia a imagem de Leonardo e soube no mesmo instante que aquela era a filha desaparecida de Leonardo e Mariana.

Apesar das circunstâncias para essa revelação apresentarem uma boa conveniência para a história, o desaparecimento de crianças durante a ditadura de fato aconteceu. Muitas crianças foram sequestradas e separadas de seus pais. No romance, tal informação fica implícita ao leitor, mas pode-se afirmar que Cíntia fora sequestrada, considerando que Leonardo e Mariana queriam a criança e que ambos os relatos contidos no diário estavam inacabados, o que leva a supor que o casal de guerrilheiros foi assassinado.

Durante a narrativa, verificou-se a presença de muitos fatos históricos, postos para dar veracidade à história, assim como a presença de fatos demasiadamente ficcionais, como a cena na qual Sofia encontra um ex-companheiro de guerrilha do irmão por meio de uma foto em uma folha de jornal que voou em sua direção. No entanto, é de suma importância ressaltar o peso que uma narrativa desse tipo tem: é contada a história de uma família que representa dezenas de outras famílias reais, que em sua maioria continuam sem respostas acerca de seus desaparecidos.

3. A participação feminina na resistência armada

Apesar de a história principal ter enfoque no desaparecimento de Leonardo, foi possível identificar nela uma outra problemática: a participação feminina na guerrilha, a qual é apresentada a partir dos relatos escritos por Mariana, namorada de Leonardo. Assim, Guiomar de Grammont inova em sua narrativa não apenas por trazer como temática a Guerrilha do Araguaia, mas também por inserir nela uma guerrilheira feminina, o que ajuda a enfatizar a participação de mulheres nos movimentos de resistência à ditadura. A personagem de Mariana apresenta uma caracterização específica: uma jovem estudante da metrópole de São Paulo que, junto ao namorado, adere à Guerrilha e começa a passar por diversas dificuldades de adaptação.

A inserção de uma mulher neste quadro é importante, pois reafirma sua participação nas lutas armadas. Quando referimo-nos a qualquer movimento de resistência, muito pouco se fala sobre a presença feminina nele, quando se trata de luta armada, esse número parece ser ainda menor ou inexistente. Mesmo na literatura brasileira, a figura da mulher é invisibilizada. Colling afirma o seguinte:

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país. (COLLING, 2015, p. 378).

É fato que nas mais diversas esferas tentam invisibilizar a figura da mulher, em se tratando de movimentos sociais não é diferente. Na obra de Guiomar, ao acompanhar o relato da guerrilha, feito por Mariana, foi possível perceber as dificuldades de uma mulher em inserir-se no movimento de luta armada, expressa principalmente pelo líder do grupo de guerrilheiros, que a achava fraca, conforme o trecho a seguir, no qual Mariana descreve algumas atividades do treinamento:

Corremos uma hora na mata todos os dias. Tropeço e caio muitas vezes, estou toda machucada dos espinhos e das quedas. Aprendemos a nadar com peso nas costas. Outro dia, quase me afoguei com a mochila. A. teve que mergulhar e me ajudar. O chefe replicou [...] E me fitou com olhar duro. Percebo que o chefe me acha fraca. (GRAMMONT, 2015, p. 93).

A mulher guerrilheira precisou lutar em duas esferas: contra os militares e contra seus companheiros de luta. Na obra, Mariana também destaca o esforço redobrado que as mulheres precisavam fazer em relação aos seus companheiros homens, uma vez que os fatores biológicos pareciam ser ignorados:

Não é fácil ser tratada de igual para igual, como os companheiros homens. Não adianta, não temos os mesmos músculos, por isso precisamos nos esforçar em dobro e ai de quem reclama, o chefe

nos vigia e distribui mais trabalho aos que julga menos capazes. (GRAMMONT, 2015, p.93).

Ao prosseguir com a narrativa, percebeu-se também a descrição da condição dessa mulher no ambiente de guerrilha, que passa por dificuldades muito particulares, tais como a fase da menstruação ou a gravidez. Em determinado momento do livro, durante a narração de Mariana, é descrito um pouco da realidade vivenciada quando estão no período menstrual:

Quando estou menstruada, o sol forte faz minha testa latejar, parece que vai estourar. Tudo fica muito mais difícil. Nós, mulheres, usamos pequenas toalhas para estancar o sangramento, e temos que lavá-las a todo momento, sem água encanada. [...] Volta e meia o sangue vaza. No chão ou nos lençóis. Me sinto muito mal quando isso acontece. Tenho vontade de morrer. (GRAMMONT, 2015, p. 78).

Além disso, por meio dos relatos da personagem Mariana, fica evidente na obra a violência sofrida pelas mulheres por conta do excesso de autoridade dos líderes da guerrilha. Ao descobrir que estava grávida, Mariana fica apavorada, primeiro por encontrar-se naquele ambiente de luta, segundo, porque o método para realizar o aborto naquelas condições era muito arriscado e terceiro, porque Mariana queria ter a criança. O trecho a seguir descreve quando uma guerrilheira engravidava e recusava-se a abortar, ou ainda quando realizava o aborto:

Eu teria que abortar, como as companheiras faziam, num igarapé... Uma companheira não queria e eles a obrigaram. Disseram que ela devia se submeter ou seria julgada por traição e... Mesmo assim, tiveram que amarrá-la, ela gritava, foi terrível. [...] Mais de uma vez, cuidei de companheiras que queimavam de febre, na rede, pelas infecções provocadas pelo aborto feito nessas condições. [...] Tive medo que me julgassem no Tribunal Revolucionário [...] (GRAMMONT, 2015, p. 154-155).

No entanto, como a gravidez de Mariana estava muito avançada, foi decidido que ela iria fazer o aborto em São Paulo e depois voltaria para a guerrilha, mas ela nunca voltou. Como mencionado anteriormente, Mariana vai a São Paulo e tem a criança, com a qual fica hospedada por um tempo na casa de seus pais. Não é sabido ao certo o que aconteceu depois disso, mas infere-se que ela tenha sido morta. A dúvida que resta é quem a matou: se os militares ou os seus companheiros de guerrilha.

Como pode ser percebido, mesmo nos grupos de resistência a questão do gênero faz-se presente. A mulher guerrilheira, por ser mulher, precisava provar algo, pois a julgavam e “condenavam” antes mesmo de desempenhar qualquer atividade, se alguma coisa em seu treinamento não desse certo, logo associariam à questão do gênero:

As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Esses dois discursos anulam as diferenças e constroem

sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nessa medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político. (COLLING, 2015, p. 378).

Mesmo sofrendo essa exclusão, as mulheres fizeram questão de entrar no movimento e lutar lado a lado com seus companheiros pelo fim do regime totalitário que havia se instaurado no país.

CONCLUSÃO

O referido estudo permitiu verificar na obra *Palavras Cruzadas*, da autora Guiomar de Grammont, a presença do autoritarismo empregado pelos militares contra os guerrilheiros na época da Guerrilha do Araguaia, durante a ditadura militar de 1964. Sobre este ponto, destacou-se as técnicas e estratégias que eram utilizadas como forma de reprimir e controlar não somente os guerrilheiros, como também a população. Além disso, o trabalho também permitiu abordar sobre o desaparecimento de pessoas durante a referida guerrilha, bem como o impacto causado aos familiares das vítimas. Por meio dos personagens de Mário, Luisa e Sofia, percebeu-se como a falta de respostas pode acarretar na degradação de um núcleo familiar, interferindo diretamente na vida de cada um dos membros. Foi retratado, ainda que de forma parcial, sobre o sequestro de crianças durante a ditadura.

Ademais, analisou-se também a questão da participação feminina nas lutas de resistência armada contra a ditadura, que foi evidenciada no romance através da personagem de Mariana. A obra de Guiomar foi publicada em 2015, quase 50 anos após a instauração do regime militar no Brasil. Durante o período da ditadura e mesmo após seu fim, muito pouco se viu sobre obras de literatura e de autoria feminina que tratassem sobre o assunto.

É válido destacar o papel da literatura como instrumento social de conscientização. A partir dela, é possível difundir ideias e estimular nos leitores o desenvolvimento da criticidade, expondo as denúncias sociais, a situação daqueles que foram relegados à margem da sociedade. Daí vem o seu caráter transgressor, o que faz com que a literatura seja também um ato de resistência. Em seu romance, Guiomar apresentou uma visão completamente diferente daquela difundida ao longo dos anos, mostrando o lado dos guerrilheiros e pautando-se em muitos acontecimentos reais para construir a sua narrativa que, sem dúvida, dá maior visibilidade à história das dezenas de famílias que buscam, até hoje, alguma resposta sobre seus entes queridos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPISIS*, Catalão, v.15, n2, p. 370-383, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GINZBURG, Jaime. Autoritarismo e Literatura: A História Como Trauma. *Vidya: Revista Eletrônica*, v. 19, n. 33, p. 43-52, 2000.

GRAMMONT, Guiomar de. *Palavras Cruzadas*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. 1ª Ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

OLIVEIRA, David Barbosa de. *Por que a Tortura "Corporifica" o Vigiar e o Punir?*. 2007. 57 f. Monografia (Especialização em Filosofia Moderna do Direito) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça" no Brasil. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, p.253-298, 2010.

Para citar este artigo

BARBOSA, Gabriela Lima; ZUCOLO, Nícia Petreceli. Autoritarismo, violência e silenciamento: um retrato da Guerrilha do Araguaia no romance *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 11, n. 3, p. 816-832, set.-dez. 2022.

As autoras

Gabriela Lima Barbosa é graduanda em Letras - Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas, atua como roteirista na área educacional. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, Poder e Violência em Literaturas de Língua Portuguesa. E-mail: gabriela.liima028@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4036-4998>

Nícia Petreceli Zucolo é Doutora em Letras, professora de Literaturas em Língua Portuguesa e Teoria da Literatura na Universidade Federal do Amazonas e coordena o Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, Poder e Violência em Literaturas de Língua Portuguesa. E-mail: niciazucolo@ufam.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8544-7925>